

O PACTO NACIONAL PELO FORTALECIMENTO DO ENSINO MÉDIO:
A EXPERIÊNCIA DE MATO GROSSO DO SUL NA UNIDADE
FORMADORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DA GRANDE DOURADOS (UFGD)
NO ANO DE 2014

Iara Augusta da Silva [1]

Resumo: O presente artigo expõe uma pesquisa a respeito do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (PNEM) implementado pelo governo federal em colaboração com os Estados brasileiros, no ano de 2013 e 2014, com destaque ao relato da experiência sobre o PNEM/MS desenvolvida no Polo da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) com a efetiva parceria da Secretaria de Estado de Educação (SED) de Mato Grosso do Sul. O PNEM foi instituído por meio da Portaria MEC Nº 1.140, de 22 de novembro de 2013 Educação, tendo como objetivos promover a melhoria do processo de formação dos professores e coordenadores pedagógicos do ensino médio e realizar um amplo debate sobre a organização do trabalho docente nessa etapa da educação básica. Como procedimento metodológico priorizou-se a leitura e a análise de um conjunto de legislações e de documentos oficiais que nortearam a elaboração e o desenvolvimento do PNEM. Além disso, recorreu-se a alguns materiais teóricos que abordam as políticas educacionais e o ensino médio (KUENZER, 2001; OLIVEIRA, 2002; FRIGOTTO e CIAVATTA, 2004; ZIBAS, 2005; NOZELLA, 2016). Mediante o estudo realizado, pode-se dizer que, de certa forma, o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio alcançou as suas finalidades, pois conseguiu desencadear um amplo processo de formação continuada de professores e coordenadores pedagógicos nas 27 unidades federadas do país, envolvendo as universidades públicas, as secretarias de educação estaduais/distrital e as escolas no estudo das políticas educacionais do ensino médio. A experiência desenvolvida, em especial, pelo Polo da UFGD/MS revelou o esforço na mobilização de professores e coordenadores de Cursos de diferentes áreas da instituição, no sentido de promover estudos, seminários, visitas às escolas e executar os cursos de formação continuada definidos pelo Programa.

Palavras-chave: Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio. Formação continuada

[1] Docente Sênior do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu - Mestrado Profissional em Educação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (Unidade Universitária de Campo Grande).

O pacto nacional pelo fortalecimento do ensino médio: a experiência de Mato Grosso do Sul na unidade formadora da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) no ano de 2014.

de professores. Políticas públicas de educação. Ensino médio.

Abstract: This article presents a research about the National Pact for the Strengthening of Secondary Education (PNEM) implemented by the federal government in collaboration with the Brazilian States, in the year 2013 and 2014, with emphasis on the report of the experience on the PNEM / MS developed in the Hub of the Federal University of Grande Dourados (UFGD) with the effective partnership of the State Secretariat of Education (SED) of Mato Grosso do Sul. The PNEM was instituted through Ordinance MEC No. 1,140, of November 22, 2013 Education, having as objectives, to promote the improvement of the training process of teachers and pedagogical coordinators of high school and to hold a wide debate on the organization of teaching work in this stage of basic education. As a methodological procedure, priority was given to reading and analyzing a set of legislation and official documents that guided the preparation and development of the PNEM. In addition, we used some theoretical materials that address educational policies and secondary education (KUENZER, 2001; OLIVEIRA, 2002; FRIGOTTO and CIAVATTA, 2004; ZIBAS, 2005; NOZELLA, 2016). Through the study carried out, it can be said that, in a way, the National Pact for the Strengthening of Secondary Education has achieved its purposes, as it has managed to trigger a wide process of continuous training of teachers and pedagogical coordinators in the 27 federal units of the country, public universities, state / district education departments and schools in the study of high school educational policies. The experience developed, in particular, by the UFGD / MS Center revealed the effort to mobilize teachers and course coordinators from different areas of the institution, in order to promote studies, seminars, visits to schools and to carry out the continuing education courses defined by the Program.

Keywords: National Pact for Strengthening Secondary Education. Continuing teacher education. Public education policies. High school.

Introdução

Este artigo tem a finalidade de apresentar um estudo a respeito do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (PNEM), no âmbito das políticas públicas de educação na contemporaneidade, implementado pelo governo federal em colaboração com os Estados brasileiros, no ano de 2014, com destaque ao relato da experiência sobre o PNEM/MS desenvolvi-

da no Polo (Unidade Formadora) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) com a efetiva parceria da Secretaria de Estado de Educação (SED) de Mato Grosso do Sul. O PNEM foi instituído por meio da Portaria Nº 1.140, de 22 de novembro de 2013, do Ministério da Educação, com os objetivos de promover a melhoria do processo de formação dos professores e coordenadores pedagógicos do ensino médio e realizar um amplo debate sobre a organização do trabalho docente dessa etapa de ensino.

O ensino médio, última etapa da educação básica, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, tem sido objeto de debate empreendido pelo Ministério de Educação em parceria com as universidades e com as secretarias de educação das unidades federadas, já há algum tempo. Nas obras escritas por Kuenzer (2001), Frigotto e Ciavatta (2004) e Silva (2016), por exemplo, encontra-se uma análise crítica contundente a respeito das políticas voltadas para o ensino médio, que o Estado brasileiro vem empreendendo nos últimos anos.

O Pacto Nacional pelo Fortalecimento Ensino Médio foi implementado em todo o país com o apoio técnico e financeiro do Ministério da Educação e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O suporte técnico se constituiu, dentre outros encaminhamentos, na produção de materiais didáticos, como os Cadernos das diferentes etapas do Programa com propostas de conteúdos e de metodologias para os cursos de formação continuada, os quais foram disponibilizados pelo MEC por meio digital aos formadores, professores e coordenadores pedagógicos (BRASIL, 2014a, p. 5-6, 8-9).

As formações continuadas se caracterizavam por uma organização a partir de diferentes níveis de capacitação dos formadores que em última instância realizavam o curso para os professores e os coordenadores pedagógicos do ensino médio no âmbito das escolas. Na esfera nacional, o Ministério da Educação em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), instituição selecionada para coordenar o processo formativo do PNEM devido ao fato de ser esta universidade a responsável pela coordenação nacional da pesquisa sobre o Programa Ensino Médio Inovador (2009)¹, desenvolviam reuniões técnicas (formação, acompanhamento e avaliação) e seminários nacionais² com a finalidade de: a) orientar os coordenadores das Instituições de Ensino Superior (IES) e coordenadores das Secretarias de Educação estaduais e distrital (SEDs) sobre as estratégias e ações do PNEM; b) discutir temas relacionados às po-

[1] Consultar SILVA, Monica Ribeiro da (Org.). O **Ensino Médio**: suas políticas, suas práticas: estudos a partir do Programa Ensino Médio Inovador. Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 2016 (E-BOOK)

[2] Consultar o portal do Observatório do Ensino Médio, da Universidade Federal do Paraná (UFPR) (<http://www.observatoriodoensinomedio.ufpr.br>). Acesso em 2014 e 2015.

O pacto nacional pelo fortalecimento do ensino médio: a experiência de Mato Grosso do Sul na unidade formadora da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) no ano de 2014.

líticas públicas do ensino médio; c) relatar experiências dos grupos envolvidos no PNEM nas diferentes regiões do país; e, d) mobilizar, acompanhar e avaliar o processo formativo.

No âmbito dos Estados e do Distrito Federal, as IES e as SEDs desenvolviam reuniões técnicas, encontros de formação e seminários estaduais com o propósito de fazer esclarecimentos sobre o PNEM, preparar os formadores e promover a formação dos professores e coordenadores pedagógicos. Desta forma, as IES definidas pelo MEC em articulação com as SEDs ficaram responsáveis pela formação dos Formadores Regionais (profissionais das SEDs), os quais por sua vez, operacionalizavam os encontros de formação dos Orientadores de Estudo (profissionais das escolas) nos polos constituídos por um conjunto de municípios. Finalmente, os Orientadores de Estudo realizavam os cursos de formação dos professores e coordenadores pedagógicos nas escolas da rede pública de ensino médio, instituição considerada como “espaço privilegiado de discussão das práticas pedagógicas do Ensino Médio” (BRASIL, 2014a, p. 10-19).

A formação continuada proposta pelo PNEM foi realizada em duas etapas distintas, as quais visavam promover discussões e estudos orientados por um eixo temático intitulado “Sujeitos do Ensino Médio e Formação Humana Integral”, que está intrinsecamente relacionado aos princípios e às orientações emanadas das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEMs), de 2012, instituídas pelo Ministério da Educação. A primeira etapa era voltada para a reflexão e o debate de grandes campos temáticos ligados com questões que são próprias do ensino médio. Quanto à segunda etapa da formação continuada, o foco foi o aprofundamento do estudo sobre as quatro áreas do conhecimento que compõem o currículo do ensino médio: Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Linguagens e Matemática³ (Brasil, 2014a, p. 5, 8-9).

O estudo apresentado neste artigo foi desenvolvido com base na leitura e na análise de um conjunto de legislação e de documentos oficiais que nortearam a implementação do programa intitulado Pacto Nacional pelo Fortalecimento Ensino Médio (PNEM), bem como em alguns materiais teóricos que fundamentam as pesquisas a respeito de política públicas voltadas para o ensino médio no Brasil (KUENZER, 2001; OLIVEIRA, 2002; FRIGOTTO e CIAVATTA, 2004; ZIBAS, 2005; NOZELLA, 2016).

[3] Os conteúdos e os fundamentos teórico-metodológicos da formação continuada da primeira etapa e da segunda etapa do PNEM estavam detalhados nos Cadernos de Formação (2013 e 2014) elaborados sob a coordenação da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e do Ministério da Educação (MEC).

O artigo foi organizado em duas partes. Na primeira parte realiza-se uma discussão sintética acerca das políticas públicas educacionais no Brasil em geral e, do ensino médio em particular, tendo como referência o movimento da organização da sociedade na contemporaneidade. A segunda parte procede-se um relato da experiência de operacionalização do PNEM/MS desenvolvida no Polo da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) com a efetiva parceria da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul.

O ensino médio e as políticas educacionais brasileiras no final do século XX e nos anos iniciais do século XXI

Na sociedade capitalista contemporânea, em sua expressão globalizada⁴, a educação em geral e, o ensino médio⁵, em particular tem sido objeto de preocupação dos gestores das políticas públicas educacionais, tanto na esfera internacional como nacional. As grandes Conferências Mundiais de Educação para Todos, patrocinadas pelos Organismos Internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Mundial, na última década do século XX e anos iniciais do século XXI, tiveram como objetivo principal promover a discussão sobre os rumos que a educação deveria seguir em escala global. Metas e diretrizes para a educação foram traçadas pela cúpula dos governos que coordenavam essas conferências. Muitos acordos econômicos foram firmados, visando o financiamento das reformas educacionais, de cunho liberal, que foram empreendidas ao longo da década de 1990 e nos anos iniciais do século XXI na América Latina, incluindo aí o Brasil.

Tendo como referência as orientações e os acordos estabelecidos nas Conferências Mundiais de Educação para Todos, o Brasil, como parte integrante do contexto social internacional,

[4] Para Octavio Ianni (1997, p. 7) “A globalização do mundo expressa um novo ciclo de expansão capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial. Um processo de amplas proporções envolvendo nações e nacionalidades, regimes políticos e projetos nacionais, grupos e classes sociais, economias e sociedades, culturas e civilizações. Assinala a emergência da sociedade global, como uma totalidade abrangente, complexa e contraditória. Uma realidade ainda pouco conhecida, desafiando práticas e ideais, situações consolidadas e interpretações sedimentadas, formas de pensamentos e vãos da imaginação”.

[5] De acordo com o artigo 35 da LDBEN Nº 9.394 de 1996 o ensino médio é a última etapa da educação básica.

O pacto nacional pelo fortalecimento do ensino médio: a experiência de Mato Grosso do Sul na unidade formadora da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) no ano de 2014.

passa a delinear as suas políticas voltadas para a área da educação na contemporaneidade. A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 24 de dezembro de 1996 e o Plano Nacional de Educação (Lei Nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001) têm em seus fundamentos o ideário que permeou a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, da Conferência de Jomtien (Tailândia) realizada no período de 5 a 9 de março de 1990 (BRASIL, 1993, p. 67-81), a qual é considerada a mais emblemática das conferências empreendidas pelos Organismos Internacionais nessa época.

As amplas mudanças de caráter neoliberal que o Governo do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) procurou empreender na educação básica, e dentre elas as relacionadas ao ensino médio, é um exemplo desse movimento reformador das políticas educacionais em âmbito mundial e, que teve, evidentemente, seus reflexos no Brasil.

No que se trata especificamente às reformas do ensino médio implementadas ao longo dos anos 1990 pelo governo brasileiro, pode-se ressaltar os aspectos relacionados com: a) reformulação do currículo, que deu origem aos denominados Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEMs); b) busca do aumento de matrículas entre os adolescentes de 15 a 18 anos nos cursos de ensino médio; c) criação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), instituído pela Portaria Ministerial Nº 438, de 28 de Maio de 1998.

É preciso acrescentar que a questão do financiamento do ensino médio se constituiu, também, em um dos pontos das reformas pretendidas nessa época. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), criado pela Emenda Constitucional Nº 53, de 2006, tem o propósito de destinar recursos para se colocar em prática os programas e projetos produzidos no bojo das citadas reformas desta etapa da educação básica.

Não se pode esquecer que as reformas educacionais previstas para o ensino médio estão fundamentadas certamente em uma concepção dessa etapa da educação básica. Os documentos e as legislações elaboradas pelo Ministério de Educação e pelo Conselho Nacional de Educação procuraram explicitar de alguma forma as finalidades e as características do ensino médio que se pretende universalizar e, em consequência, define a configuração da organização do currículo que se quer concretizar nas escolas públicas. De acordo com o artigo 35 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, o ensino médio, considerado etapa final da educação básica tem as seguintes finalidades:

I. a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fun-

damental, possibilitando o prosseguimento de estudos; II. a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III. o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; e, IV. a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (BRASIL, 1996, p. 17).

Como base nos fundamentos estabelecidos pela LDBEN N° 9.394 de 1996, o Ministério da Educação procurou delinear novas características para o currículo do ensino médio, com o propósito de romper com o “caráter fragmentado” e carregado de informações do currículo em vigor, anteriormente, nas escolas do país. O que se pretendia era a organização de um currículo onde os conhecimentos escolares tratados, a partir dos princípios básicos da contextualização e da interdisciplinaridade, bem como da utilização da metodologia das competências e habilidades, fizessem sentido para os estudantes do ensino médio (OLIVEIRA, 2002, p. 53-54). Para colocar em prática o novo ideário do currículo, conhecido como Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEMs)⁶ (BRASIL, 2002), o governo Fernando Henrique Cardoso implementou, em âmbito nacional, o programa de formação de professores denominado PCN+ em Ação – Ensino Médio. Esse programa, que contou com material próprio para cada área do conhecimento, elaborado pelo Ministério da Educação, visava promover orientações complementares que propiciassem uma compreensão mais efetiva da proposta curricular expressada nos PCNEMs.

No transcorrer da gestão do Governo do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), o ensino médio também passa a ser objeto de debates e de formulações de políticas com o propósito de construir novos caminhos para essa etapa de ensino no país. Nesse período, os gestores do Ministério da Educação buscaram redesenhar os princípios, os fundamentos teórico-metodológicos, as concepções e as dimensões (trabalho, ciência, tecnologia e cultura) do “novo ensino médio” brasileiro que, até aquela época tinha ficado relegado a uma posição secundária no conjunto das políticas educacionais empreendidas pelo Estado. Durante a administração de Fernando Henrique Cardoso, como se sabe, as atenções estavam focadas,

[6] As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) propostas pelo Ministério de Educação durante o Governo Fernando Henrique Cardoso foram normatizadas pelo Parecer CEB N° 15, de 01 de junho de 1998 e pela Resolução CEB N° 3, de 26 de junho de 1998.

O pacto nacional pelo fortalecimento do ensino médio: a experiência de Mato Grosso do Sul na unidade formadora da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) no ano de 2014.

prioritariamente, na etapa de ensino fundamental.

Para participar dos debates em âmbitos nacional e local, o Ministério da Educação convocou, das universidades brasileiras, pesquisadores de renome que estudavam a questão do Ensino Médio e, também, educadores, estudantes e representantes de governos das unidades federadas e de entidades da sociedade civil ligadas à educação.

A culminância dos trabalhos voltados para a tentativa de mobilização da sociedade brasileira, com vistas à elaboração de políticas públicas diferenciadas para o ensino médio, desenvolvidos sob a coordenação do MEC, ocorreu em maio de 2003, por meio do Seminário Nacional intitulado “Ensino Médio: construção política”, e da publicação de um livro pelo MEC, com uma coletânea de textos organizada por Gaudêncio Frigotto e Maria Ciavatta (2004), pesquisadores renomados que estiveram participando diretamente desse momento de discussões e de definições da política governamental que estava sendo gestada nos anos iniciais do século XXI.

É oportuno ressaltar, que as temáticas priorizadas para debates e estudos pelos grupos de trabalho instituídos pelos gestores do MEC, de certa forma, estavam relacionadas com os pontos considerados relevantes para a formulação das diretrizes e metas⁷ que seriam implementadas nos anos que constituíram a administração de Luiz Inácio Lula da Silva, na última etapa da educação básica (o ensino médio). Antonio Ibañez Ruiz (2004), Secretário de Educação Média e Tecnológica (MEC) nessa época, sintetizou na Apresentação da obra organizada por Frigotto e Ciavata (2004), da seguinte maneira, os aspectos das políticas do ensino médio que deveriam ser focalizados:

- a) a identidade dessa etapa de ensino, expressa pelos objetivos de formação dos sujeitos individuais e coletivos que a vivenciam – os jovens; b) a política curricular, a ser definida em coerência com uma concepção de conhecimento associada às relações político-pedagógicas que se instituem no interior da escola e entre a escola e a sociedade; c) a formação de professores, valorizando esses sujeitos como construtores de conhecimento e como profissionais eticamente reconhecidos; a gestão democrática da escola, considerando a sua singularidade como instituição e sujeito social; d) o livro didático, visto como instrumento de sistematização e veiculação de saberes, virtuoso em seu po-

[7] A Os pontos centrais das políticas educacionais eram: a natureza dos sujeitos que frequentam o ensino médio (concepção de juventude), as diretrizes orientadoras da organização do currículo do ensino médio; a formação dos professores que atuam nessa etapa de ensino; a gestão democrática da escola e a ampliação do Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLD/EM).

tencial de facilitar e ampliar o acesso ao conhecimento, porém restrito quanto à riqueza de iniciativas, interpretação e criação que pode caracterizar a relação professor-aluno no confronto com o conhecimento (RUIZ, 2004, p. 5).

Tendo como referência as ideias e as diretrizes traçadas (e implementadas) a partir desse movimento do Estado para redefinir os fundamentos e as características do ensino médio no país, nos últimos anos da gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, teve início as discussões que culminaram com a formulação e publicação do Parecer CNE/CEB Nº 5, de 4 de maio de 2011 e da Resolução CNE/CEB Nº 2, de 30 de janeiro de 2012 sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, legislações que passaram a definir os objetivos, as concepções e os encaminhamentos metodológicos do currículo a ser implementado nessa etapa da educação básica em âmbito nacional.

Para dar consequência ao denominado “novo ensino médio”, o Governo Luiz Inácio Lula da Silva, além da mobilização de esforços para proceder a reformulação (atualização) das diretrizes curriculares nacionais, procurou colocar em prática políticas (programas e projetos) voltadas especificamente para a formação de professores. É notório, quando se analisa os documentos e a legislação referentes às políticas públicas educacionais propostas na atualidade, que a questão da formação de professores é colocada como um dos aspectos principais, no sentido de pleitear a melhoria da qualidade da educação, em especial do ensino médio.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) de 2007, por exemplo, produzido sob a coordenação do então Ministro da Educação Fernando Haddad, não deixou de incluir a formação de professores da educação básica, como um dos principais pontos da política educacional que se pretendeu implementar no país à época. O PDE 2007 ressalta, também, o papel fundamental da relação que se vem estabelecendo entre as instituições de ensino superior e as escolas da educação básica, no sentido de aprimorar as estratégias de formação dos docentes. O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e a Universidade Aberta do Brasil (UAB) foram destacados como ações de capacitação dos professores desenvolvidas com a participação efetiva de universidades públicas brasileiras (BRASIL, 2007a, p. 16-17).

É relevante registrar que o Plano Nacional de Educação (PNE), que tramitava no Congresso Nacional em forma do Projeto de Lei Nº 8.035 desde 2010 e que foi aprovado pela Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014, traz entre as suas metas e estratégias⁸ uma forte preocupa-

[8] Ver as Metas 15, 16, 17 e 18 do Plano Nacional de Educação (PNE) instituído em 2014.

O pacto nacional pelo fortalecimento do ensino médio: a experiência de Mato Grosso do Sul na unidade formadora da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) no ano de 2014.

ção com a formação inicial e continuada (e com a valorização) dos profissionais que atuam na educação básica.

Dando continuidade ao propósito de intensificar os programas e projetos voltados para a formação continuada dos profissionais da educação que atuam nas escolas públicas brasileiras, a Presidente da República Dilma Rousseff (2011-2014) e o então Ministro da Educação Aloizio Mercadante instituíram o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (PNEM), por meio da Portaria MEC Nº 1. 140, de 22 de novembro de 2013. O Pacto do Ensino Médio, segundo informações fornecidas pelo Portal do Ministério da Educação (2014):

[...] representa a articulação e a coordenação de ações e estratégias entre a União e os governos estaduais e distrital na formulação e implantação de políticas para elevar o padrão de qualidade do Ensino Médio brasileiro, em suas diferentes modalidades, orientado pela perspectiva de inclusão de todos que a ele tem direito (PORTAL MEC, 2014).

Mato Grosso do Sul, como outros Estados brasileiros, realizou adesão ao Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio instituído pelo Ministério da Educação com a finalidade de promover um amplo processo de formação continuada dos professores que atuam nas escolas da rede estadual de ensino, tendo em vista a parceria firmada entre a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e a Secretaria de Estado de Educação de MS. Essa experiência de formação de docentes do ensino médio de MS será detalhada na próxima seção deste artigo.

O Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio em Mato Grosso do Sul: o Polo da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

O Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (Etapa I e Etapa II) no estado de Mato Grosso do Sul (PNEM/MS) foi operacionalizado durante o ano de 2014, em dois Polos (unidades formadoras), sendo um no município de Campo Grande sob a coordenação institucional da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e o outro no município de Dourados sob a coordenação institucional da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Esta parte do artigo aborda, de maneira específica, a experiência do PNEM/MS desen-

volvida no Polo da UFGD/MS com a efetiva parceria da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, que é a responsável pela gestão pedagógica, administrativa e financeira das escolas da rede estadual que oferecem o ensino médio⁹. É nessas escolas que se encontram os professores e os coordenadores pedagógicos, que constituíram o grupo de profissionais a serem contemplados com as ações de formação e de discussões sobre o redesenho curricular propostas pelo PNEM.

A Universidade Federal da Grande Dourados foi criada por meio da Lei Federal Nº 11.153, de 29 de julho de 2005, a partir do desmembramento do Campus Universitário de Dourados da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Desta forma a trajetória da UFGD está relacionada diretamente à história da UFMS, a qual teve a sua origem no ano de 1962 com a criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia na cidade Campo Grande, capital de MS e se transforma na UFMS (Lei Federal Nº 6.674, de 1979) com o processo de divisão do estado de Mato Grosso¹⁰(BRASIL, 2007b, p. 7-8).

A Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) se desenvolve no contexto nacional do início do século XXI, momento em que o então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006; 2007-2010) colocava em prática, dentre outros, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)¹¹ do Brasil, com a finalidade de aumentar o número de vagas de ingresso, reduzir as taxas de evasão nos cursos presenciais de graduação, rever a estrutura acadêmica e o funcionamento dos cursos e repensar a organização curricular (itinerários formativos diferenciados, inovações metodológicas) com a intenção de favorecer a mobilidade e permanência dos estudantes (BRASIL, 2007b, p. 27-28). A UFGD aderiu ao REUNI (criado pelo Decreto Federal Nº 6.096, de 24 de abril de 2007c), uma das ações que integravam o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), instituído

[9] Em 2013, o número total de matrículas no ensino médio nas escolas da rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul era de 86.486 (Sinopse Estatística do INEP, 2013).

[10] A divisão do estado de Mato Grosso e a criação de Mato Grosso do Sul, após um longo período de históricas “manifestações divisionistas” empreendidas por grupos ligados a frações da classe dominante que residiam no sul do antigo Estado, foi concretizada por meio da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, sancionada pelo então Presidente da República Ernesto Geisel. A instalação oficial da nova unidade federativa na União ocorreu em 1º de janeiro de 1979, com a posse dos deputados constituintes eleitos em 1978 e do primeiro governador, Harry Amorim Costa, designado pelo governo federal (BITTAR, 1998, p. 32-39).

[11] Consultar o documento Reuni: Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Plano de Desenvolvimento da Educação), do Ministério da Educação (agosto de 2007d). Disponível em: <http://www.twiki.ufba.br/twiki/pub/UniversidadeNova/WebHome/diretrizesreuni.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2015.

O pacto nacional pelo fortalecimento do ensino médio: a experiência de Mato Grosso do Sul na unidade formadora da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) no ano de 2014.

pelo Ministro da Educação Fernando Haddad em 2007.

Os cursos de graduação e de pós-graduação implementados pela UFGD a partir do ano de 2006 até a presente data têm prestado significativos serviços ao ensino superior público de Mato Grosso do Sul. O documento “Reestruturação e expansão da Universidade Federal da Grande Dourados: REUNI-UFGD” (2007) disponível no portal da instituição indica a tendência dos novos cursos de graduação e de pós-graduação:

A criação dos novos cursos de graduação e pós-graduação fortalecerá o atual perfil das licenciaturas, dos bacharelados e possibilitará o surgimento de uma segunda linha de trabalho, com perfil mais tecnológico. A ampliação dos grupos e projetos de pesquisa sinalizam um perfil de universidade voltada para fortalecimento da área tecnológica, para o desenvolvimento regional, implantação de novas tecnologias como também para o do desenvolvimento humano e social (BRASIL, 2007b, p. 8).

No ano de 2015 a Universidade Federal da Grande Dourados, de acordo com o portal oficial da instituição¹², era constituída por doze faculdades que ofereciam diversos cursos de graduação¹³ e vários programas de pós-graduação (Especialização, Mestrado e Doutorado)¹⁴ relacionados às suas respectivas áreas de conhecimento. A instituição oferecia cursos presencial, à distância e por meio da pedagogia de alternância (atividades de ensino na universidade e na comunidade onde vive o acadêmico), com o intuito de atender um contingente da população, cada vez mais expressivo, que reside no município de Dourados e nas regiões situadas no seu entorno. Dourados, um dos 79 municípios de Mato Grosso do Sul, está localizado no sudoeste deste Estado, que pertence à região Centro-Oeste do Brasil. Com uma área de 4.062,236 km² e uma população de 210.218 habitantes estimada para 2014 pelo IBGE, é uma das principais cidades de Mato Grosso do Sul. A economia de Dourados é baseada na agricultura (produção de grãos de Soja e de milho) e na pecuária (criação de bovinos)¹⁵.

Levando em consideração esse contexto econômico e social, é necessário ressaltar que, a UFGD com o firme propósito de contribuir para o desenvolvimento da região e do estado de

[12] Informações disponíveis em: <<http://portal.ufgd.edu.br/aufgd/administracao>>. Acesso em: 18 out. 2014.

[13] Informações disponíveis em: <<http://portal.ufgd.edu.br/faculdade>>. Acesso em: 18 out. 2014.

[14] Informações disponíveis em: <<http://www.ufgd.edu.br/posgraduacao>>. Acesso em: 18 out. 2014.

[15] Informações disponíveis em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/dourados/panorama>>. Acesso em: 18 out. 2014.

Mato Grosso do Sul como um todo, tem buscado integrar a formação acadêmica com as necessidades e demandas advindas da região, por meio do desenvolvimento de projetos de extensão e cultura, de grupos de estudos e pesquisas em educação inclusiva, de seminários, encontros, assessorias, estágio supervisionado, dentre outros (BRASIL, 2007b, p. 44-46).

A Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS), um órgão público vinculado diretamente ao Ministério da Educação, tem a função de planejar e executar políticas públicas que visam o aprimoramento do processo educacional e da gestão implementada pelas escolas pertencentes à jurisdição do Estado. Nos anos iniciais do século XXI, a SED/MS vem desenvolvendo um conjunto de ações com o propósito de incrementar a melhoria da qualidade do ensino médio oferecido pela rede estadual de ensino. Dentre elas, pode-se citar: elaboração e implementação do Referencial Curricular da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul - Ensino Médio (2012), a implementação do Programa Ensino Médio Inovador (PROEMI) e a operacionalização do Projeto Jovem de Futuro/PROEMI (parceria com o Instituto UNIBANCO).

Tendo em vista, o regime de colaboração previsto na legislação nacional (Constituição Federal, 1988; LDBEN, 1996; PNE, 2014) que propõe o desenvolvimento de políticas voltadas para a educação básica com a parceria entre o governo federal (a União) e os governos dos Estados e do Distrito Federal, a SED/MS aderiu, no ano de 2013, ao Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, tema do presente artigo.

As formações do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio em Mato Grosso do Sul - Polo da UFGD: organização (logística), conteúdo, metodologia e agentes formadores

O processo de formação continuada proposto pelo Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio em Mato Grosso do Sul, em sua Etapa I e Etapa II, foi desenvolvido mediante a colaboração entre o Ministério de Educação, as Instituições de Ensino Superior (UFGD e UFMS), a Secretaria de Estado de Educação e as escolas da rede estadual que oferecem o ensino médio. Para desenvolver as formações foram planejados e realizados Seminários Estaduais, Reuniões Técnicas e Encontros para estudo da legislação pertinente e dos Cadernos do PNEM produzidos pelo MEC/UFPR desde o final de 2013 e no transcorrer de todo o ano de 2014.

O Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (PNEM) foi lançado oficialmente

O pacto nacional pelo fortalecimento do ensino médio: a experiência de Mato Grosso do Sul na unidade formadora da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) no ano de 2014.

no estado de Mato Grosso do Sul¹⁶ durante o I Seminário Estadual de Formação de Professores do Ensino Médio¹⁷, que ocorreu na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), nos dias 18 e 19 de dezembro de 2013, com a presença de técnicos pedagógicos da Coordenação de Políticas para o Ensino Médio e Educação Profissional (COEMEP)/SUPED/SED-MS, diretores e coordenadores pedagógicos das escolas da rede estadual de ensino, professores (coordenadores e supervisores do PNEM) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, da Universidade Federal da Grande Dourados, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e do Instituto Federal de Campo Grande/MS.

A abertura do Seminário foi realizada pela então Secretária de Educação do Estado de Educação de MS e Presidente do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação (CONSED), Professora Nilene Badeca da Costa, que procedeu esclarecimentos sobre a adesão de Mato Grosso do Sul ao PNEM e a parceria que o Estado vem desenvolvendo junto ao Ministério de Educação para a realização de políticas educacionais direcionadas especificamente para o ensino médio.

Em seguida, o Secretário da Educação Básica do Ministério de Educação à época, Romeu Weliton Caputo, proferiu uma palestra sobre o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (PNEM)¹⁸, onde abordou os seguintes assuntos: a) contextualização do ensino médio brasileiro: evolução de matrícula (1991-2012), dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB (2005-2011) e do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA (2000-2009); b) políticas voltadas para o ensino médio desenvolvidas pelo Ministério da Educação nos últimos anos: financiamento (FUNDEB), programas de apoio ao estudante (como o

[16] O lançamento do Pacto do Ensino Médio, em âmbito nacional, foi realizado no mês de novembro de 2013, pelo então Ministro da Educação, Aloizio Mercadante. Desde o lançamento nacional do PNEM, os Estados da federação, dentre eles Mato grosso do Sul, foram aderindo ao Programa instituído pelo MEC. Todos os vinte e seis Estados e o Distrito Federal fizeram adesão ao PNEM.

[17] Fazia parte da organização e do funcionamento do PNEM a realização de Seminários Nacionais, Seminários Estaduais e Reuniões Técnicas para propiciar a discussão das estratégias de formação e das diferentes logísticas; a troca de experiências e informações; o monitoramento das ações; a discussão dos materiais utilizados nas formações; esclarecimentos sobre a concepção e os objetivos da formação continuada de professores e coordenadores pedagógicos; avaliação do processo de formação continuada, dentre outras (BRASIL, 2014a, p. 22-25).

[18] Ver os slides “Apresentação do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio” (exposição do Ministro da Educação, Aloizio Mercadante). Brasília: MEC, 25 de novembro de 2013. Disponível em: <http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/apresentacao_pacto_2013.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2014.

PNLD/EM), programas de transferência voluntária para os Estados (como o Programa Brasil Profissionalizado), programas de formação de professores (como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID), ações estruturantes (como o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM); c) apresentação dos aspectos relevantes do PNEM: objetivos, metas, operacionalização do Programa, sistema de monitoramento específico para acompanhamento das atividades, pagamento de bolsas (SIMEC/SISPACTO-EM) e cronograma das datas e temáticas das duas etapas do PNEM.

Durante o I Seminário do PNEM ocorreram Mesas Redondas e palestras realizadas pelos professores das universidades (UFGD, UFMS e UEMS) e pelos coordenadores da Secretaria de Estado de Educação para apresentação dos Cadernos de Formação de Professores do Ensino Médio da Etapa I do PNEM (BRASIL, 2013), bem como explicações a respeito dos marcos legais que normatizam o Programa e de estratégias para relacionar as ações da SED/MS para o ensino médio e do PNEM.

A operacionalização da Etapa I do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (dezembro de 2013 a agosto de 2014) em Mato Grosso do Sul, no Polo da Universidade Federal da Grande Dourados teve início com a realização de uma Reunião Técnica, que ocorreu nos dias 11 e 12 de abril de 2014, na Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia (UFGD) dirigida pela coordenação do Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica (COMFOR) do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio da UFGD e pela coordenação do Comitê Estadual do PNEM (SED/MS).

Nessa Reunião Técnica, com a presença da equipe composta por profissionais da UFGD e da SED/MS, a coordenadora do Comitê Gestor Institucional do PNEM no Polo da UFGD realizou a apresentação do Programa, ressaltando os aspectos mais importantes e esclarecendo os procedimentos (técnicos e pedagógicos) que seriam dados para o desenvolvimento do trabalho. Durante a Reunião Técnica foram constituídas as duplas de Formadores da IES que iriam desenvolver os Encontros com os Formadores Regionais. Para tanto, foram realizados o planejamento e a apresentação dos seis Cadernos que compunham a Etapa I do PNEM/MEC (BRASIL, 2013) pelos Formadores da IES, com o propósito de estudar o material e organizar as estratégias dos Encontros que foram desenvolvidos com os Formadores Regionais, com os Orientadores de Estudo, com os professores e coordenadores pedagógicos do ensino médio.

É preciso ressaltar, que as discussões e os encaminhamentos feitos nesta Reunião Técnica foram fundamentais para o bom encaminhamento dos Encontros de Formação empreendidas nas diferentes instâncias (segmentos) do PNEM em Mato Grosso do Sul. Pode-se dizer, que a participação efetiva da UFGD nas ações do PNEM foi importante, no sentido de contribuir

O pacto nacional pelo fortalecimento do ensino médio: a experiência de Mato Grosso do Sul na unidade formadora da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) no ano de 2014.

para o avanço das reflexões teóricas sobre a educação em geral e sobre o ensino médio em especial, necessárias para a constituição da “erudição” dos professores. O que seria, segundo a coordenadora do Comitê Gestor Institucional do PNEM da UFGD, tendo como base o que disse o então Ministro da Educação Aloizio Mercadante, a razão principal da presença das universidades públicas no Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio.

Após esta Reunião Técnica passou-se a realizar os Encontros de Formação do PNEM dos Formadores Regionais, dos Orientadores de Estudo e dos professores e coordenadores pedagógicos do ensino médio inscritos no Programa (base no Censo Escolar/INEP de 2013), tendo em vista os cronogramas previamente estabelecidos.

Os seis Encontros de Formação Continuada dos Formadores Regionais do PNEM – Parte I foram devidamente planejados e executados pelos Formadores das IES nas dependências da Faculdade de Direito e Relações Internacionais (FADIR) da UFGD, com duração de dois dias cada um, sob a coordenação do Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica da UFGD e da coordenação do Comitê Estadual do PNEM (SED/MS). Cada Encontro foi organizado para abordar o tema proposto por um dos seis Cadernos de Formação de Professores do Ensino Médio – Etapa I (BRASIL, 2013) disponibilizados pelo Ministério da Educação no portal do Programa, os quais se constituíram no material basilar dos debates e reflexões.

Os temas abordados nos Cadernos de Formação de Professores do Ensino Médio (Etapa I) são os seguintes: Ensino médio e formação humana integral (Caderno I); O jovem como sujeito do ensino médio (Caderno II); O currículo do ensino médio, seus sujeitos e o desafio da formação humana integral (Caderno III); Áreas de conhecimento e integração curricular (Caderno IV); Organização e gestão democrática da escola (Caderno V) e Avaliação no ensino médio (Caderno VI). Cada um dos Cadernos apresenta nas suas primeiras páginas o grupo de autores¹⁹ responsável pela elaboração do texto, como também uma lista de referências bibliográficas (livros, artigos, documentos, legislações, dissertações e teses) que foi usada para a fundamentação do material.

[19] Os Cadernos do PNEM (Etapas I) foram escritos por autores, de renome nacional, que estudam as políticas públicas educacionais e o ensino médio no âmbito das universidades. Dentre eles pode-se destacar: Monica Ribeiro da Silva; Marise Nogueira Ramos; Celso João Ferretti; Carlos Artexes Simões; Domingos Leite Lima Filho; Carmen Sylvia Vidigal Moraes; Dirce Djanira Pacheco e Zan.

Deve-se acrescentar que, muitas vezes, os Formadores da IES (Polo da UFGD) julgou ser necessário recorrer a outros materiais didáticos e bibliografia complementar, com o propósito de ampliar e enriquecer os estudos dos temas expostos pelos referidos Cadernos. A própria Portaria Ministerial MEC Nº 1.140, de 22 de novembro de 2013, que instituiu o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino, no seu Artigo 10 (Parágrafo Único) estabelece que: “As IES, juntamente com as secretarias estaduais e distrital de educação poderão utilizar material complementar para a formação no âmbito do Pacto, ouvidos a Coordenação Estadual”.

Durante os Encontros de Formação dos Formadores Regionais foram utilizados os procedimentos metodológicos elencados a seguir: a) exposição dialogada com o apoio de slides (conteúdo dos Cadernos); b) exposição e debates de vídeos; c) leitura e reflexão de textos da literatura brasileira; d) atividades práticas em pequenos grupos; e, e) questionamentos e argumentações no grande grupo.

A execução da Etapa II do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (setembro de 2014 a dezembro de 2014) teve início com uma Reunião Técnica, no dia 22 de setembro de 2014, na Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia (UFGD) coordenada pelo Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica (COMFOR) do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio da UFGD e pelo Comitê Estadual do PNEM (SED/MS).

A primeira parte da Reunião Técnica, com a participação dos Formadores das IES e dirigida pela coordenadora do Comitê Gestor Institucional do PNEM da UFGD, teve o objetivo principal de discutir os Cadernos de Formação de Professores do Ensino Médio – Etapa II (BRASIL, 2014) e definir os encaminhamentos da atuação dos Formadores das IES nos Encontros do PNEM junto aos Formadores Regionais, como ainda, estabelecer o número de Encontros da Parte II do PNEM em função do tempo disponível para se concluir a execução do Programa em Mato Grosso do Sul, no ano de 2014. Nessa parte da Reunião Técnica, foram dadas também, informações a respeito do II Seminário Nacional do PNEM realizado pelo Ministério de Educação em parceria com a Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, nos dias 20 e 21 de outubro de 2014. A segunda parte da Reunião Técnica, dirigida aos Formadores Regionais, teve como finalidade tratar de questões específicas dos Encontros de Formações do PNEM - Parte II com os Orientadores de Estudo e com os professores do ensino médio e coordenadores pedagógicos.

É oportuno ressaltar, que os temas discutidos no II Seminário Nacional do PNEM (2014), como também, no I Seminário Nacional (2013) tratavam de questões relevantes para a compreensão da operacionalização do Programa em âmbito nacional e de seu impacto nos rumos das

O pacto nacional pelo fortalecimento do ensino médio: a experiência de Mato Grosso do Sul na unidade formadora da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) no ano de 2014.

políticas voltadas para o ensino médio no Brasil e nas unidades federadas²⁰.

A Formação Continuada do PNEM, Parte II, entre os Formadores das IES e os Formadores Regionais foi desenvolvida por meio de três Encontros. O objetivo central dos Encontros foi a realização de estudo e da discussão dos cinco Cadernos de Formação de Professores do Ensino Médio – Etapa II (BRASIL, 2014b). Os Cadernos da Etapa II do PNEM têm os seguintes objetivos: 1) discutir aspectos da organização do trabalho pedagógico da escola, com o propósito de analisar e ressaltar a importância da participação dos professores e dos coordenadores pedagógicos nesse processo (BRASIL, Etapa II, Caderno I, 2014b); 2) estudar as áreas de conhecimentos que compõem o currículo do ensino médio, tendo em vista os seguintes aspectos: a) caracterização, contextualização e contribuição da área de conhecimento na formação do estudante; b) discussão sobre o jovem estudante do ensino médio (juventudes) e as ações curriculares que buscam valorizar suas experiências, saberes e expectativas (perspectiva dos direitos à aprendizagem e ao desenvolvimento humano nas áreas de conhecimento); c) análise dos eixos trabalho, cultura, ciência e tecnologia no âmbito dos conhecimentos dos componentes curriculares das Ciências Humanas, das Ciências da Natureza, das Linguagens e da Matemática; d) reflexões e sugestões de abordagens pedagógico-curriculares nas áreas de conhecimento, com ênfase no princípio da interdisciplinaridade (BRASIL, 2014b).

Ao concluir os Encontros entre os Formadores das IES e os Formadores Regionais no Polo da UFGD foi realizada uma Reunião, no dia 01 de novembro de 2014, dirigida pela coordenadora do Comitê Gestor Institucional do PNEM da UFGD e com a participação dos membros do Comitê Estadual do PNEM (SED/MS), com a finalidade de realizar um balanço das formações continuadas desenvolvidas no transcorrer da Etapa I e da Etapa II do PNEM em Mato Grosso do Sul (Polo da UFGD). Desta feita, os Coordenadores, Supervisores, Formadores das IES e os Formadores Regionais presentes tiveram a oportunidade de realizar um relato avaliativo do PNEM em MS, tendo como referência dois questionamentos: “Qual a nossa expectativa com operacionalização do PNEM em Mato Grosso do Sul?” “Onde vamos chegar com o PNEM?”.

Os depoimentos transcritos, a seguir, em forma de itens, indicaram que a experiência de execução do Pacto Nacional para o Fortalecimento do Ensino Médio em Mato Grosso do Sul

[20] No portal do Observatório do Ensino Médio da Universidade Federal do Paraná (<http://www.observatorioensinomedio.ufpr.br>) encontram-se informações detalhadas, inclusive transcrições das palestras, sobre os dois Seminários Nacionais do PNEM realizados pelo MEC/UFPR, nos anos de 2013 e 2014. Acesso em 2014 e 2015.

(Polo da UFGD) foi bastante significativa, embora alguns pontos que precisavam ser revistos, também foram ressaltos pelos profissionais envolvidos na operacionalização do Programa instituído pelo Ministério da Educação na Gestão da Presidente Dilma Rousseff (2010-2014).

1. Incentivou o trabalho coletivo na escola;
2. As Formações Continuidas foram produtivas e representaram um grande aprendizado para os participantes do PNEM;
3. O material do PNEM (Cadernos da Etapa I e da Etapa II) foi considerado de boa qualidade. Esse material propiciou estudos e reflexões de temáticas importantes para repensar o ensino médio no estado de MS e no Brasil. Os Cadernos, no entanto, por serem de natureza teórica, geraram algumas polêmicas e críticas;
4. Os Encontros de Formação Continuada foram de alto nível;
5. Contribuiu para a melhoria da postura do professor e do coordenador pedagógico;
6. Oportunidade para retomar os estudos e as discussões sobre o ensino médio;
7. O tempo, devido outras atribuições dos profissionais envolvidos no PNEM, foi escasso para a realização da leitura e da análise contundente dos Cadernos do Programa, para a preparação dos slides e para a seleção de materiais complementares;
8. Os Encontros realizados pelos Formadores das IES ajudaram na efetivação da formação continuada do PNEM;
9. Os Orientadores de Estudo estavam dispostos a estudar e transmitir os conhecimentos propostos pelos Cadernos do PNEM para os professores e coordenadores pedagógicos;
10. Introduziu um movimento de estudo e troca de experiências entre as Instituições de Ensino Superior, a Secretaria de Estado de Educação de MS e as escolas da rede estadual a respeito do ensino médio;
11. O PNEM chegou na escola, no momento certo e oportuno, pois os professores do ensino médio estavam desejando Formação Continuada, dado que essa etapa de ensino não vinha recebendo formação de maneira sistemática;
12. Foi um crescimento e um envolvimento coletivo dos profissionais das escolas;
13. Constituição de Grupos de Comunicação (rede de whatsapp, e-mails) entre as escolas para tratar de questões relativas ao cotidiano escolar, das ansiedades dos professores, das dúvidas e informações sobre o PNEM, das orientações dos Formadores Regionais e Orientadores de Estudo, da troca de materiais teóricos e vídeos.
14. O tempo destinado para preparar e para realizar os Encontros com os Orientadores de Estudo e os Encontros com os professores do ensino médio foi escasso, o que poderia ter contribuído para diminuir qualidade das Formações Continuidas do PNEM;

O pacto nacional pelo fortalecimento do ensino médio: a experiência de Mato Grosso do Sul na unidade formadora da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) no ano de 2014.

15. Propiciou a disseminação das propostas para o ensino médio do governo federal, as quais vinham sendo discutidas em fóruns nacionais e regionais, no CONSED, nas Secretarias de Educação das unidades federadas: as DCNEM de 2012, o PROEMI, o Redesenho Curricular;

16. O PNEM é uma política do governo federal que colocou o ensino médio como protagonista no cenário nacional. Propósito do Ministério de Educação (Governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff) de universalizar as políticas educacionais para todas as etapas da educação básica (FUNDEB, PNLD/EM, PNEM);

17. A parceria entre a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS) e as Escolas da Rede Estadual de Ensino foi importante para a ampliação e o aprofundamento dos estudos e das reflexões sobre o ensino médio, tão carente de políticas específicas de formação dos docentes e dos coordenadores pedagógicos. A presença da UFGD (tão jovem e já tão grande) teve uma função relevante na implementação da Etapa I e da Etapa II do PNEM em Mato Grosso do Sul. É fundamental a contribuição das universidades no fomento ao estudo e à pesquisa na educação básica ofertada pelas escolas da rede pública do país;

18. O PNEM do Ensino Médio se transformou em assunto importante dentro da escola. Isso já representou um avanço;

19. O PNEM do Ensino Médio veio para quebrar barreiras no “chão da escola”;

20. O PNEM do Ensino Médio trouxe a esperança que os educadores podem construir uma sociedade mais justa e mais fraterna.

Dando prosseguimento às formações continuadas do PNEM, Parte II, foram realizados os Encontros entre os Formadores Regionais e os Orientadores de Estudo, bem como entre os Orientadores de Estudo e professores do ensino médio e coordenadores pedagógicos, no final do mês de novembro e início do mês de dezembro de 2014. Estas formações, como já foi assinalado, seguiam basicamente os mesmos procedimentos metodológicos utilizados nas formações feitas pelos Formadores das IES, tais como: exposição dialogada com a ajuda de slides; leitura e análise dos Cadernos (BRASIL, 2014); exposição e discussão de vídeos; trabalhos em grupos; depoimentos da prática pedagógica.

Deve-se ressaltar, que a participação dos professores e dos coordenadores pedagógicos nos Encontros do PNEM em MS foi muito significativa, considerando o entusiasmo e o interesse em participar dos debates, realizar as tarefas propostas pelos Orientadores de Estudo, ler e discutir os textos dos Cadernos, propor novos encaminhamentos para o trabalho pedagógico

a ser desenvolvido em sala de aula. Desta forma, é possível colocar que as ações do PNEM em Mato Grosso do Sul conseguiu atingir o “chão da escola”, visto que professores e coordenadores pedagógicos demonstraram disposição para discutir o material proposto nas formações, para trocar experiências, para analisar criticamente o seu trabalho pedagógico, enfim, para colocar em prática na sala de aula, novos procedimentos didáticos que possam contribuir para a melhoria da qualidade social do ensino médio em Mato Grosso do Sul e no Brasil.

Para promover o encerramento das atividades de Formação Continuada do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio em Mato Grosso do Sul, a Coordenação do Programa²¹ no estado de MS realizou o II Seminário Estadual do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (PNEM), nos dias 19 e 20 de novembro de 2014, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Campo Grande). Durante o primeiro dia do evento (19 de novembro), os Grupos de Trabalho constituídos por Orientadores de Estudos, professores e coordenadores pedagógicos do ensino médio das escolas da rede estadual de ensino, sob a orientação dos Formadores Regionais discutiram e analisaram o processo de formação do PNEM em Mato Grosso do Sul. Após os debates, cada Grupo de Trabalho elaborou uma síntese escrita das principais ideias (pontos críticos e proposições para encaminhamentos), que foi apresentada em Plenária (20 de novembro).

O processo de avaliação do PNEM em MS pelos Grupos de Trabalho foi realizado a partir das seguintes questões: a) adequação do material e dos textos disponibilizados pelo MEC, IES e SED/MS; b) adequação do tempo e do formato das formações; c) método de formação e didática do Formador; d) adequação da infraestrutura do ambiente escolar (apoio administrativo, logística, entre outros) para a efetiva aplicação das práticas de formação na escola; e) relação entre o material utilizado na formação e a aplicação de “boas práticas” no trabalho da docência nas escolas; e, f) apoio da gestão escolar às formações do PNEM.

O segundo dia do II Seminário Estadual do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (20 de novembro) teve início com a solenidade de abertura e a exposição de Banners²² sobre as experiências do PNEM desenvolvidas nos diferentes locais de realização dos

[21] O Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica da (UFGD e UFMS) e o Comitê Estadual do PNEM (SED/MS) planejaram e executaram o II Seminário Estadual do PNEM no município de Campo Grande, MS.

[22] Os Banners foram elaborados e apresentados pelos Formadores Regionais e Orientadores de Estudo. As fotos e as informações contidas nos Banners demonstraram a efetividade e a relevância do trabalho desenvolvido pelos diferentes segmentos de Formação em cadeia proposto pelo PNEM (Etapa I e Etapa II) em Mato Grosso do Sul.

O pacto nacional pelo fortalecimento do ensino médio: a experiência de Mato Grosso do Sul na unidade formadora da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) no ano de 2014.

Encontros de Formação dos professores e dos coordenadores pedagógicos, situados nos municípios Polos de Mato Grosso do Sul.

A Mesa de Abertura do II Seminário Estadual contou com a presença dos Coordenadores Institucionais do PNEM em MS, da Secretária de Educação de Mato Grosso do Sul (e Presidente do CONCED), da Técnica do Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica e outras autoridades representando instituições ligadas à educação e à pesquisa nas IES. Nesse momento, foram proferidas palavras com a finalidade de contextualizar e esclarecer as ações já efetivadas pelo Programa durante o ano de 2014. A coordenadora do Comitê Gestor Institucional do PNEM do Polo da UFMS ressaltou com entusiasmo, dentre outras questões, a importância da parceria estabelecida entre a universidade e as escolas de educação básica com o objetivo de contribuir para o processo de formação continuada dos professores. Segundo ela, as IES já não eram as mesmas após essa parceria.

Em continuidade, foram desenvolvidas duas Palestras. A primeira, proferida pela Profa. Dra. Maria Madselva Ferreira Feiges, da Secretaria de Educação Básica/MEC, teve como tema “Políticas públicas para o ensino médio e o PNEM”. A segunda Palestra, intitulada “Interdisciplinaridade como possibilidade da construção de um currículo interessante e dinâmico” foi realizada pelo Prof. Dr. Teodoro Adriano Costa Zanardi, da PUC de Minas Gerais.

Ainda, como parte das atividades do segundo dia do II Seminário Estadual, os Grupos de Trabalho apresentaram, em Plenária, a síntese do processo de Avaliação das Formações do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio. Com a apresentação de cada Grupo, foi possível montar um quadro geral, com a análise crítica e as proposições de encaminhamentos do trabalho empreendido pelos Formadores do PNEM, nas diferentes instâncias: Instituições de Ensino Superior, Secretaria de Estado de Educação e Escolas da rede estadual de ensino que oferecem ensino médio.

A síntese exposta em Plenária pelos diferentes Grupos de Trabalho revelou aspectos significativos da operacionalização do PNEM em Mato Grosso do Sul. Dentre os pontos apresentados sobre o processo de formação continuada do Programa, podem ser destacados os seguintes: a) os materiais usados nas formações eram dinâmicos e acessíveis, embora alguns textos e vídeos muito longos e sem objetividade, como também voltados apenas para os professores (sem atividades para os estudantes) e não contemplavam questões regionais; b) o formato das formações do PNEM foi adequado às condições de funcionamento das escolas, contudo seria necessário ajustar melhor o calendário escolar às datas das formações para não gerar prejuízos às atividades com os alunos e ao trabalho dos docentes; c) o método de formação e a didática

do Formador foram bons, entretanto seria necessário organizar melhor o tempo das atividades e dinamizar um pouco mais os debates; d) as condições da escola (infraestrutura, tempo, apoio logístico e administrativo) foram adequadas à realização das formações do PNEM, porém seria importante ocorrer a continuidade das formações docentes, como também o fornecimento de materiais para estudos por parte da SED/MS e das IES; e) os materiais das formações do PNEM contribuíram para reflexão e avaliação sobre a prática docente, embasamento teórico suficiente, atividades dinâmicas e viáveis de aplicação; f) a gestão da escola ofereceu apoio através da organização de horários e espaço físico dentro das possibilidades e realidade de cada escola.

Finalmente, foi realizada a Mesa de Encerramento do II Seminário Estadual do PNEM em Mato Grosso do Sul (2014), com a presença das Coordenadoras Institucionais do Pacto para o Fortalecimento do Ensino Médio (Polo da UFGD e Polo da UFMS). Na oportunidade foi feito um balanço geral do Programa e, também, feitos esclarecimentos gerais que apontaram para as possibilidades de continuidade do PNEM no ano de 2015. O que não ocorreu, pois o Programa teve as suas atividades encerradas com as mudanças ocorridas na esfera do governo federal nos anos de 2015 e 2016.

Considerações Finais

Com o estudo desenvolvido foi possível averiguar que o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio tratou-se de uma política pública educacional instituída no Brasil por meio da Portaria MEC N° 1.140, de 22 de novembro de 2013 e implementada durante o ano de 2014 pelo governo federal em regime de colaboração com as unidades da federação, tendo como propósito basilar promover a valorização da formação continuada dos professores e dos coordenadores pedagógicos do ensino médio, que atuam nas escolas públicas da rede estadual situadas nas diferentes regiões do Brasil.

A formação continuada dos professores e coordenadores pedagógicos do ensino médio operacionalizada no interior das escolas, com base nos conteúdos, na metodologia e nos recursos didáticos previamente definidos pelo Ministério da Educação em parceria com as universidades federais públicas selecionadas e as Secretarias de Estado de Educação, tinha como foco central desencadear reflexões e debates a respeito da organização curricular do ensino médio, com a intenção de buscar a utilização de práticas educativas inovadoras voltadas para a “formação humana integral”.

O pacto nacional pelo fortalecimento do ensino médio: a experiência de Mato Grosso do Sul na unidade formadora da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) no ano de 2014.

A política de formação implementada pelo Ministério da Educação, por intermédio do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, foi sistematicamente acompanhada e avaliada por meio de Seminários (nacional e estadual) e Reuniões Técnicas efetivadas pelo Secretaria de Educação Básica/MEC, pelas Instituições de Ensino Superior e pelas Secretarias de Educação estaduais/distrital. Durante o II Seminário Nacional do PNEM coordenado pelo MEC/UFPR, realizado em Curitiba (UFPR), nos dias 20 e 21 de outubro de 2014, o Grupo de Trabalho (representantes das IES e das SEDs) de cada uma das cinco Regiões do país apresentou a avaliação feita do PNEM, onde foram ressaltados os “avanços” e as “dificuldades/desafios” encontrados. O que, de certa forma, auxiliou na percepção e registro dos resultados alcançados, após a operacionalização do PNEM nas diferentes regiões brasileiras em 2014²³. A avaliação foi realizada a partir dos seguintes aspectos: a) articulação entre IES, SEDs e MEC; b) mobilização e organização das equipes; c) organização do trabalho pedagógico da formação dos Formadores Regionais e dos Orientadores de Estudo; d) material de formação e material complementar; e) escola como espaço e tempo de formação do professor; e, f) articulação entre a formação inicial e a formação continuada.

Enfim, pode-se colocar que o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio foi um Programa que visava, principalmente, estabelecer uma estreita relação entre o Estado e as instituições públicas de ensino superior, entre elas a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) de MS, no sentido de desenvolver uma formação continuada de professores de ensino médio com a pretensão de oportunizar reflexões e debates teóricos/práticos sobre conteúdos, metodologias, processos de avaliação e organização curricular das diferentes disciplinas desta etapa de ensino da educação básica. Com esse propósito, o Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica (COMFOR) do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio do Polo da UFGD/MS mobilizou professores e coordenadores de Cursos de diferentes áreas realizando estudos, seminários, visitas às escolas e os cursos de formação continuada definidos pelo Programa.

Porém, como ocorre com muitos programas e projetos instituídos pelo governo federal, o PNEM não teve vida longa. Ou seja, o Programa foi desativado após mudanças dos gestores

[23] O material (arquivo powerpoint) com a avaliação apresentada pelos Grupos de Trabalho das cinco Regiões do Brasil durante o II Seminário Nacional do (MEC/UFPR, 20 e 21 de outubro de 2014) foi disponibilizado no portal do Observatório do Ensino Médio da UFPR. Acesso em 2014.

e das equipes técnicas do Ministério de Educação, no ano de 2016, que criaram e implementaram essa política pública de educação em todas as regiões do Brasil.

Referências

BR BITTAR, Marisa. **Estado, educação e transição democrática em Mato Grosso do Sul. Campo Grande**, MS: Ed. UFMS, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Declaração Mundial sobre Educação para Todos – satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. In: **Plano decenal de educação para todos (1993-2003)**. Brasília: MEC, 1993, p. 67-81.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Nº 9.394, de 24 de dezembro de 1996. Brasília: Senado Federal, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio**. Brasília: MEC; SEMTEC, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de desenvolvimento da educação (PDE): razões, princípios e programas**. Brasília: Ministério da Educação, 2007a.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CBE Nº 5**, de 4 de maio de 2011. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CBE Nº 2**, de 30 de janeiro de 2012. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE). **Lei Nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Diário Oficial da União (Edição Extra), Nº 120-A, de 26 de junho de 2014, p. 1-7.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Nº 1.140**, de 22 de novembro de 2013. Diário Oficial da União Nº 238, de 9 de dezembro de 2013, Seção 1, p. 24-25.

BRASIL. Ministério de Educação. Secretaria de Educação Básica. **Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio**: documento orientador das ações de formação continuada de professores e coordenadores pedagógicos do ensino médio em 2014. Brasília: MEC, 2014a. Disponível em: <<http://pactoensinomedio.mec.gov.br>>. Acesso em: 26 dez. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Formação de Professores do Ensino Médio**, Etapa I. Ca-

O pacto nacional pelo fortalecimento do ensino médio: a experiência de Mato Grosso do Sul na unidade formadora da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) no ano de 2014.

ernos I, II, III, IV, V e VI. Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 2013. Disponível em: <<http://pactoensinomedio.mec.gov.br>>. Acesso em: 18 dez. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Formação de Professores do Ensino Médio**, Etapa II. Cadernos I, II, III, IV e V. Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 2014b. Disponível em: <<http://pactoensinomedio.mec.gov.br>>. Acesso em: 23 mar. 2014.

BRASIL. **Lei Nº 11.153**, de 29 de julho de 2005. Diário Oficial da União Nº 146, de 01 de agosto de 2005, Seção 1, p. 3-4.

BRASIL. Ministério da Educação. Universidade Federal da Grande Dourados. **Reestruturação e expansão da Universidade Federal da Grande Dourados**: REUNI-UFGD. Dourados, MS, 2007b. Disponível em: <<http://files.ufgd.edu.br/arquivos/portal/ufgd/arquivos/ufgd/programa-reuni.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2014.

BRASIL. **Decreto Nº 6.096**, de 24 de abril de 2007c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 28 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Reuni**: Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Plano de Desenvolvimento da Educação), agosto de 2007d. Disponível em: <<http://www.twiki.ufba.br/twiki/pub/UniversidadeNova/WebHome/diretrizesreuni>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Orgs.). **Ensino médio**: ciência, cultura e trabalho. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

KUENZER, Acacia Zenaide (Org.). **Ensino médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2001.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. O ensino médio no contexto das políticas para a educação básica. In: ZIBAS, Dagmar Maria Leopoldi; AGUIAR, Marcia Ângela da Silva.; BUENO, Maria Sylvia Simões (Orgs.). **O ensino médio e a reforma da educação básica**. Brasília: Plano Editora, 2002, p. 47-69.

NOZELLA, Paolo. **Ensino médio à luz do pensamento de Gramsci**. Campinas, SP: Alínea, 2016.

PORTAL DA UFGD (<http://portal.ufgd.edu.br/aufgd/administracao>). Acesso em 2015.

PORTAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Site do Pacto Nacional Pelo Fortalecimento do

Ensino Médio (<http://pactoensinomedio.mec.gov.br>). Acesso em 2014.

PORTAL DO OBSERVATÓRIO DO ENSINO MÉDIO. Universidade Federal do Paraná (UFPR) (<http://www.observatoriodoensinomedio.ufpr.br>). Acesso em 2014 e 2015.

RUIZ, Antonio Ibañez. Apresentação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Orgs.). **Ensino médio**: ciência, cultura e trabalho. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004, p. 5-7.

SILVA, Monica Ribeiro da (Org.). **Ensino Médio**: suas políticas, suas práticas: estudos a partir do Programa Ensino Médio Inovador. Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 2016 (E-BOOK).

ZIBAS, Dagmar Maria Leopoldi. Breves anotações sobre a história do ensino médio no Brasil e a reforma dos anos 1990. In: PARDAL, Luís; VENTURA, Alexandre; DIAS, Carlos (Orgs.). **Ensino médio e ensino técnico no Brasil e em Portugal**: raízes históricas e panorama atual. Campinas, SP: Autores Associados, 2005, p. 3-15.

O pacto nacional pelo fortalecimento do ensino médio: a experiência de Mato Grosso do Sul na unidade formadora da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) no ano de 2014.

Como citar

SILVA, I. A. O pacto nacional pelo fortalecimento do ensino médio: a experiência de Mato Grosso do Sul na unidade formadora da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) no ano de 2014. Revista Ipê Roxo, Jardim, volume 2, número 2, páginas 40-67, dez. 2020.